

RELATÓRIO CONCLUSIVO DO Iº FÓRUM EM DEFESA DO AMBIENTE DAS ÁGUAS DA BACIA DO MAMPITUBA – REALIZADO EM 16/12/2004 – SOMBRIO-SC

Objetivo:

O Iº Fórum em Defesa Ambiente das Águas da Bacia do Mampituba, realizado no dia 16 de dezembro de 2004, nas dependências do auditório da Prefeitura Municipal de Sombrio/SC, teve como objetivo difundir informações, avaliar ações e apontar alternativas para a formulação de uma política concreta e ofensiva em defesa dos recursos hídricos que compõe a Bacia do Rio Mampituba.

1) Apresentação da Situação Local:

Foi apresentado um relato histórico de todas as ações do Fórum Permanente em Defesa da Lagoa do Sombrio, iniciado em 12 de setembro de 2003, além de reportar sobre as atividades anteriores realizadas por outros movimentos.

1.1 – Trabalhos realizados:

- Efetivado documento Abaixo Assinado, com 453 assinaturas, pedindo ao Prefeito Municipal de Sombrio, a criação de um Parque Municipal as margens da Lagoa do Sombrio.
- Campanha junto à comunidade onde coletou mais de 1.600 assinaturas pedindo providências, quanto à fiscalização, recuperação e proteção da Lagoa do Sombrio, sendo que 1.210 assinaturas foram entregues ao Ministério Público no dia 23 de setembro de 2003, durante a realização da Audiência Pública onde foi efetivados um termo de ajuste de conduta com os municípios que margeiam a Lagoa do Sombrio, o qual culminou com a realização de um estudo de impacto ambiental a ser realizado em 10 meses a contar da contratação da empresa.
- Solicitação junto ao Ministério Público e FATMA, para o cancelamento do Licenciamento para a cultura do arroz as margens da Lagoa do Sombrio, suspensão atendida em março/2004, através da Portaria 09/2004.
- Denúncias formuladas pessoal ou formal ao Ministério Público, quanto ao uso indevido dos recursos hídricos sem qualquer autorização e fiscalização por órgãos competentes, mostrados por fotografias.
- Palestras realizadas nas escolas da rede estadual de ensino mostrando a evolução histórica do meio ambiente do extremo sul catarinense, principalmente dos mananciais hídricos.

1.2 – Ações negativas:

- Continuidade do cultivo da rizicultura as margens da Lagoa do Sombrio.
- Captação excessiva de água do Rio da Laje sem qualquer fiscalização por parte dos órgãos de defesa do meio ambiente.
- Deficiência na fiscalização ambiental.
- Pesca predatória
- Caça, principalmente na Lagoa do Caverá.

2) Das Palestras realizadas:

Tadeu dos Santos, Coordenador Geral dos Sócios da Natureza, apresentou um breve histórico dos movimentos que antecederam a ACP iniciada pela Drª. Vera Bedinoto, baseada numa denúncia da ONG Sócios da Natureza realizada no ano de 2000, cuja determinação de proibição do plantio de arroz às margens da Lagoa do Sombrio, foi cancelada pelo juiz da época ao aceitar parecer técnico da FATIMA, favorável aos agricultores.

Que foi solicitada medida compensatória pela construção da rodovia BR-101, para a Lagoa do Sombrio, criando muro de proteção as margens e um mirante turístico para a observação e que funcionasse também um “monitorador”, além de programas de educação ambiental.

As Câmaras Temáticas do FDESC apontam a preservação da Lagoa do Sombrio e do Caverá, como prioridade para o desenvolvimento sustentável da região.

Na audiência Pública realizada pelo MPE no dia 23 de Setembro de 2003, com a presença do Dr. Jackson Correia e Herculano de Abreu, alertamos que o E. I. A. seria demorado, que com base nos trabalhos realizados pela UFSC e EPAGRI, o MPE poderia tomar a decisão de fechar o canal da Barrinha ou tomar outra decisão que viesse a beneficiar a integridade da Lagoa do Sombrio, sem a necessidade de se fazer o EIA, pela UNISUL, uma vez que os recursos poderiam ser revertidos para Programas de Educação Ambiental e de recuperação.

2) Das Propostas Apresentadas:

1 . Devido à omissão e o descaso, deveria se fazer uma moção de protesto e repúdio as autoridades responsáveis.

2. Não existe dúvida alguma que a melhor solução é promoção de ações que devolvam a lagoa a sua forma, condição e característica original, como a natureza a criou. Para isso é preciso o imediato fechamento da Barrinha e a imediata recomposição do curso que ligava com o rio Mampituba, ou seja, através do leito anterior, com seus respectivos meandros sabiamente criados pela natureza.

3. A imediata retirada de qualquer obstáculo, material ou vegetação exótica localizada dentro do afastamento dos 100 metros das margens apontados na lei, que ponha em risco a sobrevivência da Lagoa.

4. As construções existentes que por ventura tenham sido construídas antes de 1988 deverão adaptar-se as normas básicas de saneamento básico e manter acesso livre a circulação pública prevista em lei.

5. A proibição via ajuste de condutas de qualquer uso das margens, se o MP não o fizer, o Fórum deve impetrar junto ao MPF.

6. Por orientação do Prof. Scheibe deve ser também debatido o intensivo uso de agrotóxicos e irrigação na micro bacia do Rio Laje. Tudo que cair no Rio Laje, virá indiscutivelmente para a lagoa. Só jogue nos rios e lagos o que o peixe pode comer.

7. A elaboração de um Estudo Hidrológico idôneo para o Plano de Recursos Hídricos da Lagoa, que democraticamente seja decidido com a sociedade civil, usuários e governo, os possíveis usos como: captação para abastecimento pesca e aproveitamento turístico, desde que sejam ordenados e sustentáveis...

8. A imediata implantação de Programas de Educação Ambiental, acompanhados de cursos de capacitação para funcionários das prefeituras, professores, sindicatos, associações rurais e políticos.

9. A imediata implantação de um sistema de sinalização em todo o entorno da lagoa, com placas informativas e educativas.

10. ACP contra o DNIT/MT e BID por executarem e financiarem obras em Áreas de Preservação Permanente APP e contra o IBAMA por licenciamento irregular (nem foi citada no EIA-RIMA). Exigir medidas mitigadoras como a construção de um muro de contenção e compensatórias por facilitar a promoção de danos irreversíveis à integridade da Lagoa desde 1970, como a construção de um Mirante com possibilidade de alcance visual para toda a lagoa como forma de monitorá-la e aproveitamento turístico.

11. A criação de um Centro de Informações Históricas, técnicas e turísticas sobre a biodiversidade da Lagoa e seu entorno, em local estratégico e de fácil acesso.

12. União dos Comitês e ONGS da região, para formular uma política em conjunto em defesa das águas da bacia do Mampituba.

13. Desenvolvimento do turismo ecológico sustentável e integrado em toda a região como meio viável, devido a grande disponibilidade de recursos naturais, os quais não são economicamente explorados.

14. Desenvolver a cultura ecológica junto às escolas, através de aulas, palestras e outros mecanismos de formação de uma nova consciência de preservação ambiental.

15. Maior presença dos órgãos de fiscalização com a aplicação dos recursos das multas na própria região degradada.

4) Das Organismos Representados:

- Fórum Permanente em Defesa da Lagoa do Sombrio – Edimilson P. Colares;
- Lagoa do Sombrio – Associação de Proteção e Amparo – Fabiano Montovani da Silva;
- Associação Sócios da Natureza - Tadeu dos Santos (Araranguá);
- Associação Onda Verde – Absalão Olibone Vieira (Torres/RS);
- Comitê Pró-mampituba – Nabor Guazelli (Torres/RS);
- CDL-Sombrio – Lênio Rodolfo Nuernberg;
- Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota – Adroaldo da Cunha Tiscoski (Pref. Eleito);
- Projeto GESTAR – Itamar A. Férrigo (Praia Grande);
- Comitê Temático de Turismo da AMESC – Ana Lúcia L. de Lima;
- CASAN/Criciúma;
- Prefeitura Municipal de Sombrio – Valmir Daminelli.
- Sindicato dos Trabalhadores de Araranguá – José G. Elias;
- Associação Microbacias II – Lagoa do Caverá – Luiz Gonzaga S. Rocha (Araranguá);
- Engº Agrônomo – Alexandre F. de Campos – Representando os rizicultores (Turvo).
- Demais Comunidade.

Sombrio, 16 de Dezembro de 2004.

EDIMILSON PEREIRA COLARES
Coord. Do Fórum Permanente em
Defesa da Lagoa do Sombrio

ELIANE MARIA VEFAGO
Secretária dos Trabalhos.